

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR ALISSON DIAS LAUREANO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG**

**Processo Administrativo licitatório nº 028/2021**

**Tomada de Preço - Tipo Técnica e Preço: nº 05/2021**

**CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.295.031/0001-33, com sede na Avenida Nicomedes Alves dos Santos, nº 1133, Sala 1, Bairro Vigilato Pereira, CEP 38.408-447 – Uberlândia/MG, neste ato representada por sua sócia-administradora, Rosíris Paula Cerizze Vogas, brasileira, casada, advogada, portadora do RG nº MG-11012276 (SSP/MG), inscrita no CPF/ME sob o nº 044.804.266-55, conforme contrato social anexo, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, não se conformando com parte do Edital em epígrafe, oferecer **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos fatos e fundamentos adiante consignados.

## **I. EXPOSIÇÃO FÁTICA**

---

1. A Impugnante é empresa interessada em participar da licitação na modalidade Tomada de Preço Edital nº 005/2021, onde consta no item 2, o objeto que constitui a *Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria em gestão tributária, incluindo adequações na legislação e regulamentos correlatos, para o Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Fazenda.*

2. Ocorre que o edital do certame em epígrafe contém exigências que impedem o caráter participativo e amplo da licitação, restringindo a participação de forma exacerbada e sem justificativa plausível, o que possivelmente acarretará privilégio de algum licitante em detrimento da maioria de possíveis fornecedores, razão pela qual merecem ser impugnados e revistos.

3. Em resumo, impugnam-se as seguintes restrições:

a) **Item 8.3.6 do Edital e 4.1 do TR:** Exigência de prestação de serviço na sede da prefeitura (*in loco*);

b) **Item 12.4 do Edital:** não aceitação de recursos, impugnações enviadas eletronicamente, em momento de pandemia, eleva o custo da participação, restringi as impugnações contrariando as decisões dos Tribunais de Controle e Judiciais;

4. Consoante será demonstrado, por constituir afronta ao ordenamento jurídico, a Impugnante requer seja acolhida a presente impugnação para revisão e retificação do instrumento convocatório.

## II. RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

### II.1) EXIGÊNCIA DE QUE OS SERVIÇOS CONTRATADOS SEJAM PRESTADOS *IN LOCO* – LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA QUE VIOLA OS PRINCÍPIOS LEGAIS QUE REGEM A LICITAÇÃO

---

5. Inicialmente, verifica-se que os serviços licitados são de assessoria e consultoria, os quais podem ser executados mediante assessoramento e acompanhamento, orientações, respostas a consultas, emissão de pareceres, conforme Edital:

#### 4.1. Levantamento/Apuração "In Loco":

Presença dos consultores da contratada na sede da Prefeitura com o objetivo de analisar documentos, relatórios, balanços, demonstrativos, legislações, fluxo de informações, rotinas, procedimentos e a transferência de conhecimento aos servidores municipais diante do objeto licitado perfazendo o mínimo de 08 (oito) horas semanais, que poderão ser cumpridas em um único dia.

#### 4.2. Consultoria

4.2.1. Elaboração de pareceres técnicos consubstanciados em documentos sobre as divergências apuradas;

4.2.2. Apresentação de relatórios periódicos dos créditos analisados, com a discriminação de todas as fases, e a situação de cada um em todo o período analisado, passível de recuperação/compensação/ restituição;

4.2.3. Orientação junto aos servidores de cada setor responsável pela apuração de valores tributáveis;

4.2.4. Elaboração de roteiros, normas e procedimentos de gestão tributária a serem implementadas em cada departamento visando a manutenção dos controles internos;

4.2.5. Emissão de pareceres e orientações técnicas à distância (via internet, telefone, e-mail, fax e outros meios de comunicação) de forma ilimitada no período da prestação dos serviços, tendo por base a legislação aplicável;

4.2.6. Análise da legislação tributária com vistas ao seu cumprimento e sua efetividade na execução da arrecadação.

4.2.7. A emissão de pareceres deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

6. Em que pese os serviços de assessoria e consultoria serem passíveis de execução na sede da empresa contratada que for prestar os serviços, depreende-se que o edital e anexos nos pontos informados supra, bem como em seu Termo de referência, que trata do local da execução do serviço, dispõe que estes deverão executados na sede da Prefeitura 01 uma vez por semana pelo profissional indicado e possuidor dos certificados exigidos.



7. Ocorre que tal exigência acaba por preterir as licitantes que não pertençam a municípios propínquos, prestigiando-se de forma ilegal as licitantes locais, ou no mínimo aumenta o custo em muito para os licitantes de outras regiões, ao ponto de inviabilizar a participação, o que gera cristalina afronta aos Princípios da Isonomia, Igualdade e Impessoalidade, previsto expressamente no artigo 3º da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações):

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

8. Não bastasse isso, a exigência de que a prestação dos serviços seja executada na sede da Prefeitura contraria o inciso I do § 1º do artigo 3º da Lei de Licitações, vez que, ao restringir geograficamente a participação de diversos potenciais licitantes, acaba por infringir o caráter competitivo do certame. Senão, vejamos:

Art. 3º, § 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

9. No mesmo sentido é a jurisprudência consolidada do TCU:

Com relação à exigência contida no subitem 10.6.1 em discussão, as alegações não podem ser acolhidas. Além de reiterar os fundamentos anteriormente expedidos, há que se ressaltar que os meios necessários para a operacionalização da prestação dos serviços pela contratada não podem ser determinados pelo CRA-RJ. Com efeito, cabe somente à licitante vencedora, por sua conta e risco, assumir todos os encargos contratuais aptos à fiel execução do objeto da licitação. Ademais, não se pode acolher as alegações de que essa exigência se destina a salvaguarda da administração pública uma vez que esse tipo de argumento não pode lastrear limitação quanto ao quantitativo desejável sobre o universo de possíveis licitantes. Essa limitação caracteriza infringência ao caráter competitivo da licitação nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 3º da Lei 8.666/1993. Quanto à alegação de que a redação literal do disposto no citado item editalício não restringe,

geograficamente, o caráter competitivo da licitação, melhor sorte não socorre aos recorrentes. Conforme se verifica, os efeitos do dispositivo conduzem àquele que for apresentar proposta, com real desejo de sagrar-se vencedor da licitação, em alocar recursos extras para manter uma estrutura administrativa física no Rio de Janeiro/RJ, que não é pressuposto necessário para a fiel execução do contrato a ser firmado. Uma vez conhecidos os detalhes do termo de referência e definidos todos os requisitos do sistema, seus módulos, as entradas e saídas requeridas pelo CRA-RJ, bem como todas as demais informações sobre o parque tecnológico daquele conselho, estão dadas as condições necessárias à completa implementação de seu sistema corporativo. Dito por outras palavras, uma empresa com sede, por exemplo, em Belo Horizonte/MG ou em São Paulo/SP, está apta a participar do certame em questão em igualdade de condições a uma estabelecida no Rio de Janeiro/RJ, não havendo motivo plausível para manter a restrição em discussão. Já em relação à exigência de visita ao local dos serviços, entende-se que as alegações não devam ser acolhidas. Compulsando a documentação anterior à confecção do edital do certame, não consta a justificativa técnica para que seja exigida a visita sendo que certo que a jurisprudência deste Tribunal entende que, sem a comprovação de que esse ato seja imprescindível para a execução do objeto, tal ato configura restrição do caráter competitivo da licitação (Acórdãos 1.842/2013-TCU-Plenário, 1.955/2014-TCU-Plenário, 1.732/2014-TCU-Segunda Câmara). (Processo: 003.083/2014-4; Número do Acórdão: 182/2016 – Plenário; Relator: VITAL DO RÊGO; Tipo de processo: REPRESENTAÇÃO (REPR); Data da sessão: 03/02/2016)

10. No mesmo sentido, veja-se o entendimento consolidado do E. TCE/MG:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. IRREGULARIDADES. RESTRIÇÃO À LOCALIZAÇÃO DOS LICITANTES. DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 30 DA LEI N.º 8.666/93. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS RESTRITIVAS. AUSÊNCIA DE PUBLICIDADE DE ALTERAÇÃO EDITALÍCIA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. APLICAÇÃO DE MULTA.

**1. A limitação geográfica do local de prestação dos serviços contratados deve se pautar pelo princípio da razoabilidade, de forma a evitar restrição exagerada ou abusiva que comprometa a ampla competitividade na licitação.**

2. O artigo 30 da lei n.º 8.666/93 estabelece rol taxativo de documentos exigíveis para comprovação da qualificação técnica dos licitantes, sendo vedada a exigência de outros ali não previstos.

3. Nos termos do artigo 37 da Constituição da República, a Administração Pública está vinculada ao princípio da publicidade. Nesse sentido, na lei de acesso à informação exige-se a publicação, via internet, de todos os documentos pertinentes aos procedimentos da licitação, incluindo-se alterações do instrumento convocatório. (Número: 932575; Natureza: Denúncia; Relator: Cons. Subst. Hamilton Coelho; Data Da Sessão: 23/09/2014 - Suspensão Do Certame E 14/02/2017 - Aplicação De Multa Ao(S) Responsável(eis); Data Da Publicação: 09/05/2017)

11. Considerando que o objeto da licitação é a prestação de serviços técnicos de **ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA, FISCAL, TRIBUTÁRIA E LEGISLATIVA** de média e alta indagação na área de direito público, notadamente na área de direito constitucional, administrativo, legislativo e tributário, e tendo-se em vista os diversos meios de comunicação existentes atualmente (telefone e-mail, aplicativos de mensagens e conferência on line, dentre diversos outros), a execução dos serviços na sede da empresa licitante por meio de sua equipe multidisciplinar não acarretará prejuízo ao bom e fiel cumprimento dos mesmos ou ao Ente contratante, além de economia, pois as propostas formuladas poderão ser menores **sem os custos de descolamento** constantes de profissionais.



12. Muito pelo contrário, considerando que os serviços serão prestados por uma equipe multidisciplinar, é viável que as análises, diagnósticos, emissão de pareceres, sejam desenvolvidos e executados na sede da empresa licitante, de forma que os atendimentos e alinhamentos, bem como as entregas de relatórios, pareceres e orientações sejam executados por telefone e/ou por e-mail, sendo inviável e desnecessário o deslocamento de toda sua equipe multidisciplinar para a sede da Prefeitura, a não ser para reuniões pontuais e estritamente necessárias.

13. Neste contexto, conforme pontuou o Ilmo. Ministro José Múcio Monteiro em seu voto no Acórdão n. 6798/2012, proferido no Processo n. TC-011.879/2012-2 (TCU-1ª Câmara), caso a licitante possua estrutura e seja possível a prestação de serviços à distância, faz-se imperiosa a participação de empresas situadas em outras localidades:

Na atualidade, como ocorre na prestação de outros serviços, as atividades afetas ao agenciamento de viagens são essencialmente realizadas por meio de sistemas informatizados operados através da internet. Assim, é razoável que se permita a participação na licitação em debate, de empresas situadas em outras localidades, desde que possuam estrutura necessária para prestar os serviços à distância. (...) 10. Essa afirmação foi devidamente refutada pela secretaria. Na realidade, nos dias atuais, a maioria das atividades exercidas em nossa sociedade, públicas ou não, depende da utilização de tecnologia da informação, incluindo a rede mundial de computadores. Há sempre o risco de que alguma falha impeça temporariamente a utilização desses instrumentos. Todavia, isso não justifica a exigência de haver uma estrutura física permanente para suprir essas contingências. Se há, realmente, problemas de acesso à internet que perduram por semanas (o que, a propósito, não foi comprovado nos autos), entendo que seria mais razoável buscar uma solução para essa questão e não gerar uma despesa adicional dispensável que certamente será gerada com o custo da agência de viagens para manter escritório em Campo Grande/MS.

14. Oportunamente, cumpre destacar que a Impugnante presta serviços de mesma natureza para diversas cidades do Estado de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, com excelência e qualidade, mediante uma equipe multidisciplinar, obtendo os almejados resultados nos serviços prestados.

15. Ainda, estamos vivendo uma pandemia mundial, nosso estado de Minas Gerais em seus Municípios está no auge da crise de saúde pública provocada pelo covid19, assim, mais que possível é recomendável que o serviço que for adequável ao modo remoto, home office é a melhor solução para a Administração Pública e para os contratados.

16. Desta forma, pela natureza dos serviços contratados, constata-se que não há justificativa à exigência de que a execução deles seja efetivada *in loco*, bastando-se que haja o comparecimento à sede



da Prefeitura quando necessário, tendo em vista que todo o serviço poderá com eficiência e excelência ser prestado à distância, com visitas programadas.

17. Conclui-se que a exigência de que os serviços sejam prestados *in loco* na sede da Prefeitura (semanal) mostra-se completamente indevida, afrontando os Princípios da Igualdade e da Impessoalidade, ambos previstos no artigo 3º, caput e § 1º, I, da Lei de Licitações, e contrariando a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, motivo pelo qual deve ser repelida do Edital do Pregão presencial nº 01/2021.

## **II.2) EXIGENCIA DE RECURSOS E IMPUGNAÇÕES APENAS PESSOALMENTE, CONTRARIANDO O AVANÇO TECNOLÓGICO, ENENDIMENTOS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE E IGNORANDO A PANDEMIA INSTALADA.**

18. Em relação à proibição de impugnação do Edital por e-mail ou fax, conforme assinalado no item 11.5, esta vedação tem a finalidade exclusiva de restringir a competitividade do certame e gerar ônus desnecessário aos participantes.

19. Ademais, não haveria prejuízo para a Administração aceitar essas contestações por meio de e-mail, via postal ou fax, haja vista que a utilização dos referidos meios de comunicação tornaria o processo mais célere, em observância ao Princípio da Celeridade, como preceitua o art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal.

20. Por se tratar de ato processual administrativo (vedação), recorrendo ao Código de Processo Civil - CPC, em seu art. 188, bem como ao disposto no art. 22, da Lei 9.784, de 1999, entendo que estes atos não dependem de forma determinada, a não ser que a lei exija, e reputam-se como válidos os atos que atinjam sua finalidade essencial. Assim, se o legislador não o fez, não cabe à Administração fazê-lo.

21. Neste sentido, cabe destacar também que o Tribunal de Contas da União tem considerado que a vedação à apresentação de impugnações e recursos por meio de telegrama, via postal ou fac-símile (fax), cerceia o pleno gozo do direito de petição garantido no art. 5º, inciso XXXIV, alínea a, da





Constituição Federal (Acórdão nº 2266/2011 – TCU Plenário e Acórdãos TCE/MT nº 1.199/2014 – TP e 3.280/2015 – TP).

22. Portanto, se fosse válida a exigência de que somente documentos originais seriam aceitos para impugnar editais ou impetrar recursos, a parte prejudicada seria o licitante que não tivesse estabelecimento na mesma cidade do órgão promotor do certame.

23. Tal conduta impede a ampla participação e concorrência, além de ignorar a pandemia instalada na sociedade, além de contrariar os meios modernos e seguros de comunicação.

24. É necessário, portanto, que as exigências relativas à qualificação técnica sejam interpretadas em consonância com o disposto no art. 37, XXI da Carta Magna, juntamente com os demais dispositivos infraconstitucionais, a fim de que sejam exigidos somente os **requisitos indispensáveis ao cumprimento da obrigação**, de modo a possibilitar a ampla participação de competidores interessados em contratar com a Administração, assegurar a economicidade da contratação e garantir o tratamento isonômico.

25. Desta maneira, não se busca moldar as disposições editalícias para atender ao interesse da Impugnante, mas sim sanar os vícios presentes no instrumento convocatório, uma vez que a exigência de registro constante do item 12 do Edital, se apresenta como critério restritivo, acabando por impedir a participação de ampla de profissionais e empresas que possam prestar os serviços licitados, com eficiência e sem prejuízo, pois não se trata de contratação de empresa de administração e economia, e sim empresa de assessoria e consultoria tributária, que comprove capacidade técnica para cumprir o objeto licitado.

### III. PEDIDOS

---

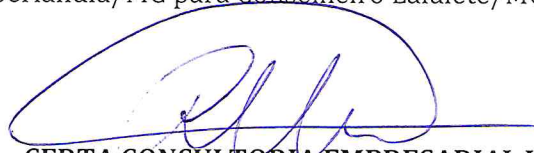
26. Por todo o exposto, espera e requer a Vossa Senhoria o acolhimento e julgamento de total **PROCEDÊNCIA** da presente impugnação para que seja revisto e **modificado** o Edital de Licitação Pública referente ao Processo Licitatório TP Processo Licitatorio nº 028/2021 Edital nº 005/2021, para **afastar as seguintes restrições contidas no edital e seus anexos:**

- a) **Item 8.3.6 do Edital e 4.1 do TR: Exigência de prestação de serviço na sede da prefeitura (in loco), uma vez por semana, modificando para constar prestação de serviço remoto, e atendimento presencial sempre que convocado e necessariamente motivado;**
- b) **Item 12.4 do Edital: não aceitação de recursos, impugnações enviadas eletronicamente, em momento de pandemia, eleva o custo da participação, restringi as impugnações contrariando as decisões dos Tribunais de Controle e Judiciais, para fazer constar que a**

comunicação e recebimento será também via eletrônica.

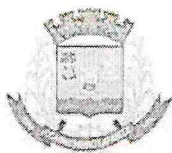
- c) Requer seja deferido os pedidos acima e revisto o instrumento convocatório em comento, retirando essas exigências pontuadas, tornando o certame mais amplo e competitivo, bem como possibilitar uma proposta com preços justos que assegurem a eficiência do serviço contratado, adequando o edital conforme a legislação de regência e jurisprudência pátria sobre o tema, restabelecendo-se, assim, a competitividade hoje prejudicada.

De Uberlândia/MG para Conselheiro Lafaiete/MG, em 05 de abril de 2021.

  
**CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**  
CNPJ/ME sob o nº 11.295.031/0001-33

**ROSÍRIS PAULA CERIZZE VOGAS**  
CPF/ME sob o nº 044.804.266-55



**C.R.C. - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE - 19.718.360/0001-51

Praça Barão de Queluz, No 10 - CONSELHEIRO LAFAIETE / MG - Cep. 36.400-000

Nro. do CRC:

0000095

Dt. Emissão 17/03/2021

Dt. Validade 17/03/2022

Nome/Razão Social

CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

Nome Fantasia

Objeto Social

Prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo; prestação de serviços de assessoria, consultoria de auditoria tributária; desenvolvimento, licenciamento e a cessão de direito de uso de software customizável ou não

Endereço

R NICOMEDES ALVES DOS SANTOS

Número

1133

Compl.

SALA 1

CEP

38.411-106

Bairro

ALTAMIRA

Cidade

UBERLANDIA

Estado

MG

CNPJ

11.295.031/0001-33

Insc. Estadual

Insc. Municipal

**ATIVIDADES**

6202300 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS

6920602 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL E TRIBUTÁRIA

8211300 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO

**GRUPOS**

CONSULTORIA

**DOCUMENTOS ENTREGUES**

	DATA EMISSÃO	VALIDADE
CÉDULA DE IDENTIDADE	09/12/2020	
CONTRATO SOCIAL	26/05/2020	
CNPJ	20/08/2020	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	09/12/2020	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	09/12/2020	
CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL	24/11/2020	23/05/2021
CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL	10/02/2021	11/05/2021
CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL	17/02/2021	18/05/2021
CND-INSS	24/11/2020	23/05/2021
CRS-FGTS	08/03/2021	04/04/2021
CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL - DÍVIDA ATIVA	24/11/2020	23/05/2021
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	09/12/2020	
BALANÇO PATRIMON. E DEMONST. RESULTADOS	09/12/2020	
CERTID. NEG. FALÊNCIA E CONCORDATA	02/03/2021	02/06/2021
REG. ENTID. PROFISS. COMPETENTE	09/12/2020	
CND TRABALHISTA	01/10/2020	29/03/2021

Departamento de Contratos e Licitações

Responsáveis

ISABELLA GOMES DE VARGAS E LIMA

Aprovação



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Processo Licitatório nº: 028/2021  
Modalidade: Tomada de Preços nº: 005/2021

Tipo: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria em gestão tributária, incluindo adequações na legislação e regulamentos correlatos, para o Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Fazenda.

Nome da Empresa: Certa Consultoria Empresarial Ltda  
CNPJ: 11.235.031/0001-23  
Endereço: Av. Nicomedes Plus Smb. nº 1132 Bairro: Vigilato Pereira  
Cidade: Uberlândia Estado: MG  
Telefone: 34-99677-4171 Fax: \_\_\_\_\_  
E-mail: Alessandra.karros@certaconsultoria.com  
Pessoa para contato: Alessandra / Livia / ROSIRIS

Obtivemos através do acesso à página [www.conselheirolafaiete.mg.gov.br](http://www.conselheirolafaiete.mg.gov.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: Uberlândia / MG

Data: 15/03/2021.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remeter à Comissão Permanente de Licitação, pelo e-mail: [licita.lafaiete@gmail.com](mailto:licita.lafaiete@gmail.com) ou pelo telefone (31) 3769-2533.

A não remessa do recibo exime o Município de Conselheiro Lafaiete da responsabilidade da comunicação por meio de fax ou e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações corridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.295.031/0001-33 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/10/2009
NOME EMPRESARIAL CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis (Dispensada *) 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis (Dispensada *) 71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente (Dispensada *) 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R NICOMEDES ALVES DOS SANTOS	NÚMERO 1133	COMPLEMENTO SALA 1
CEP 38.411-106	BAIRRO/DISTRITO ALTAMIRA	MUNICÍPIO UBERLÂNDIA
UF MG	ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@CERTACONSULTORIA.COM	
TELEFONE (34) 3221-6602		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/10/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(\*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/02/2021 às 17:19:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 11.295.031/0001-33  
**NOME EMPRESARIAL:** CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:** R\$144.500,00 (Cento e quarenta e quatro mil e quinhentos reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** ROSIRIS PAULA CERIZZE VOGAS  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** LIVIA IGNES RIBEIRO DE LIMA  
**Qualificação:** 22-Sócio

**Nome/Nome Empresarial:** ELI GERALDO BRAGA  
**Qualificação:** 22-Sócio

**Nome/Nome Empresarial:** ALESSANDRA SILVA RAMOS BRAGA  
**Qualificação:** 22-Sócio

**Nome/Nome Empresarial:** WILSON MARTINELLI REIS  
**Qualificação:** 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 17/02/2021 às 17:22 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)



TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 04971670



ASSINATURA DO PORTADOR

*[Handwritten signature]*



RESERVAÇÃO



**SERVIÇO NOTARIAL**  
Minas Gerais - Uberlândia - Miraporanga  
**AUTENTICAÇÃO**  
Autentica: esta cópia xerográfica e autêntica  
com original e min. apresentado da que deu fe  
EMUL-RECUP: 5,30 - TF: 1,85 - ISS: 0,10 TOTAL: 7,25

22 JUL. 2019

Cartório  
Miraporanga  
de  
Uberlândia-MG



**AUTENTICAÇÃO**  
CYD 26183

**Wellington Alves e Silva**  
Substituto  
Rua José Manoel, 348 - Morada Nova II

### ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

ROSIRIS PAULA CERIZZE VOGAS

FILIAÇÃO

DOUGLAS SANTOS VOGAS

REGINA CERIZZE VOGAS

NACIONALIDADE

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

RG

MG-11.012.276 - SSP/MG

DOADOR DE ÓRGÃOS E TISSIDOS

NÃO

DATA DE NASCIMENTO

25/01/1982

CPS

044.804.286-55

VIA EXPEDIDO EM

01 29/11/2010

*[Handwritten signature]*  
LUIZ CLAUDIO DA SILVA CHAVES  
PRESIDENTE

06702

## **CERTIDÃO**

O Diretor Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, CERTIFICA que a Dra. **ROSIRIS PAULA CERIZZE VOGAS** encontra-se regularmente inscrita nesta Seccional com inscrição definitiva, sob o nº 96.702, desde 02/08/2004. CERTIFICA que esteve inscrita como estagiária sob o nº 2.006-E, no período de 27/11/2002 a 02/08/2004, quando sua inscrição foi cancelada por substituição em definitiva.

CERTIFICA que a referida advogada encontra-se em pleno gozo de suas prerrogativas profissionais, inclusive com livre acesso aos prédios dos Fóruns e Tribunais. Não foi punida disciplinarmente nesta Seccional até a presente data.

Esta certidão foi expedida exclusivamente para fins de comprovação.

**Adriano Cardoso da Silva**  
Diretor Secretário Geral da OAB/MG

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.oabmg.org.br/verificacertidao>

Emitida às **15:50:11** do dia **11/03/2020**

Válida até: **10/04/2020**

Código de controle da certidão: **24630274**





Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31211091991

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

## 1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2000386116

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
---	-----	--	--	-----------

2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
------	---	--------------------------------

2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
------	---	--

2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
------	---	----------------------------------

2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
------	---	----------------------------

UBERLANDIA

Local

26 Maio 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem  
À decisão

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

☐ NÃO

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

\_\_\_\_\_  
Responsável

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

## OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7851198 em 27/05/2020 da Empresa CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, Nire 31211091991 e protocolo 203030982 - 26/05/2020. Autenticação: 69C6453325C7C716FE47CDC38669C1583D3F54B0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/303.098-2 e o código de segurança 20LN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/05/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/12



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/303.098-2	MGP2000386116	26/05/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
044.804.266-55	ROSIRIS PAULA CERIZZE VOGAS

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7851198 em 27/05/2020 da Empresa CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, Nire 31211091991 e protocolo 203030982 - 26/05/2020. Autenticação: 69C6453325C7C716FE47CDC38669C1583D3F54B0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/303.098-2 e o código de segurança 2OLN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/05/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/12



**5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA  
CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**  
CNPJ/MF: 11.295.031/0001-33  
NIRE: 31211091991

Síntese:

- I. Ingresso de novo Sócio;
- II. Alteração de objeto social;
- III. Inalterabilidade das Demais Cláusulas Contratuais e Consolidação do Contrato Social.

Pelo presente instrumento particular,

1. **LÍVIA IGNES RIBEIRO DE LIMA**, brasileira, solteira, nascida aos 03/11/1988, advogada, portadora do RG nº 15.530.113 (SSP/MG), inscrita no CPF/MF sob o nº 097.670.446-39, residente e domiciliada na Avenida João Pinheiro, nº 39, apto. 501, Centro, na cidade de Uberlândia/MG, CEP: 38.400-124;

2. **ROSÍRIS PAULA CERIZZE VOGAS**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, advogada, portadora do RG nº MG-11012276 (SSP/MG), inscrita no CPF/MF sob o nº 044.804.266-55, residente e domiciliada na Rua dos Canarinhos, nº 368, Bairro Cidade Jardim, na cidade de Uberlândia/MG, CEP: 38.412-162;

3. **ELI GERALDO BRAGA**, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CRC/MG sob o nº 054995, portador do RG nº M-4.864.041 (SSP/MG), inscrito no CPF/MF sob o nº 678.610.756-72, residente e domiciliado na Rua João Catanduva, nº 233, apto 101, Bairro Santa Mônica, na cidade de Uberlândia/MG, CEP: 38.408-240; e

4. **ALESSANDRA SILVA RAMOS BRAGA**, brasileira, casada sob regime de separação total de bens, advogada, nascida aos 17/01/77, inscrita na OAB/MG sob o nº 135.956, portadora do RG nº M-8.067.760 (SSP/MG), inscrita no CPF/MF sob o nº 007.082.186-01, residente e domiciliada na Rua Arlindo Gomes Rodrigues, nº 1111, Bairro Segismundo Pereira, na cidade de Uberlândia/MG, CEP: 38.408-264;

Sócios Quotistas representando a totalidade do capital social da Sociedade Empresária Limitada **CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**. ("Sociedade"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.295.031/0001-33, registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o NIRE nº 31211091991, com sede na Avenida Nicomedes Alves dos Santos, nº 1133, Sala 1, Bairro Vigilato Pereira, na cidade de Uberlândia/MG, CEP: 38.408-447; e

5. **WILSON MARTINELLI REIS**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador do RG nº MG-106.025.99 (SSP/MG), inscrito no CPF/MF sob o nº 030.742.436-78, residente e domiciliado na Rua dos Canarinhos, nº 368, Bairro Cidade Jardim, na cidade de Uberlândia/MG, CEP: 38.412-162;

têm, entre si, de comum acordo, ajustada a presente alteração contratual, dentro das condições estipuladas e estabelecidas nas cláusulas a seguir transcritas, com obediência à legislação pertinente que se obrigam a cumprir e respeitar.

**I - CESSÃO DE QUOTAS COM INGRESSO E RETIRADA DE SÓCIOS**

1.1 A Sócia Quotista **ROSÍRIS PAULA CERIZZE VOGAS**, já qualificada acima, titular de 127.160 (cento e vinte e sete mil cento e sessenta) quotas representativas do capital social, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, devidamente subscritas e integralizadas e que se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, dívidas e gravames, cede e transfere, a título oneroso, a totalidade de 1.445 (um mil quatrocentos e quarenta e cinco) quotas, no valor de R\$ 1.445,00 (um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais), bem como todos os seus direitos e haveres representativos, ao



Sócia Quotista Ingressante **WILSON MARTINELLI REIS**, já qualificado acima, que passa a ser titular de 1.445 (um mil quatrocentos e quarenta e cinco) quotas representativas da totalidade do capital social.

1.2 Em razão da cessão acima, os Sócios decidem alterar a Cláusula 4ª do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***Cláusula Quarta:** O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 144.500,00 (cento e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), dividido em 144.500 (cento e quarenta e quatro mil e quinhentas) quotas de capital, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), assim distribuídas:*

Sócios	Nº Quotas	Valor Unitário	Valor Participação	% Participação
Eli Geraldo Braga	14.450	R\$ 1,00	R\$ 14.450,00	10,00%
Livia Ignes Ribeiro de Lima	1.445	R\$ 1,00	R\$ 1.445,00	1,00%
Alessandra Silva Ramos Braga	1.445	R\$ 1,00	R\$ 1.445,00	1,00%
Rosiris Paula Cerizze Vogas	125.715	R\$ 1,00	R\$ 125.715,00	87,00%
Wilson Martinelli Reis	1.445	R\$ 1,00	R\$ 1.445,00	1,00%
<b>Total</b>	<b>144.500</b>	<b>R\$ 1,00</b>	<b>R\$ 144.500,00</b>	<b>100,00%</b>

## II. ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

2.1 Os Sócios resolvem, à unanimidade, alterar o objeto social da Sociedade para incluir a prestação de serviços de perícia técnica relacionados a saúde e segurança do trabalho (CNAE 7119-7/04), bem como atividades técnicas de engenharia relacionadas a saúde e segurança do trabalho (CNAE 7119-7/99).

2.2 Em razão da alteração supra, resta modificada a Cláusula Segunda do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Cláusula Segunda:** A Sociedade tem como objeto social a prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 8211-3); prestação de serviços de assessoria, consultoria e auditoria tributária (CNAE 6920-6); desenvolvimento, licenciamento e a cessão de direito de uso de software customizável ou não customizável (CNAE 6202-3 e CNAE 6203-1); serviços de perícia técnica relacionados a saúde e segurança do trabalho (CNAE 7119-7/04), bem como atividades técnicas de engenharia relacionadas a saúde e segurança do trabalho (CNAE 7119-7/99)."*

## III. INALTERABILIDADE DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

3.1. Restam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Social que não foram afetadas expressamente por esta Alteração do Contrato Social.

3.2. Em face das alterações realizadas, os Sócios Quotistas resolvem consolidar o presente Contrato Social, que passa a vigorar com a redação abaixo.

### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.

#### Capítulo I NATUREZA, RAZÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

**Cláusula Primeira:** A Sociedade é do tipo empresária e gira sob a denominação social **CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.** sendo regida pelas disposições do presente Contrato Social e pelos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº 10.406/2002.





**Parágrafo único:** A Sociedade tem sede na Avenida Nicomedes Alves dos Santos, nº 1133, Sala 1, Bairro Altamira, Uberlândia/MG, CEP 38.411-106.

**Cláusula Segunda:** A Sociedade tem como objeto social a prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 8211-3); prestação de serviços de assessoria, consultoria e auditoria tributária (CNAE 6920-6); desenvolvimento, licenciamento e a cessão de direito de uso de software customizável ou não customizável (CNAE 6202-3 e CNAE 6203-1); serviços de perícia técnica relacionados a saúde e segurança do trabalho (CNAE 7119-7/04), bem como atividades técnicas de engenharia relacionadas a saúde e segurança do trabalho (CNAE 7119-7/99).

**Cláusula Terceira:** A Sociedade iniciou suas atividades em 28/10/2009 e funcionará por prazo indeterminado.

## Capítulo II CAPITAL SOCIAL, QUOTAS E SUA DISTRIBUIÇÃO

**Cláusula Quarta:** O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 144.500,00 (cento e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), dividido em 144.500 (cento e quarenta e quatro mil e quinhentas) quotas de capital, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), assim distribuídas:

Sócios	Nº Quotas	Valor Unitário	Valor Participação	% Participação
Eli Geraldo Braga	14.450	R\$ 1,00	R\$ 14.450,00	10,00%
Lívia Ignes Ribeiro de Lima	1.445	R\$ 1,00	R\$ 1.445,00	1,00%
Alessandra Silva Ramos Braga	1.445	R\$ 1,00	R\$ 1.445,00	1,00%
Rosiris Paula Cerizze Vogas	125.715	R\$ 1,00	R\$ 125.715,00	87,00%
Wilson Martinelli Reis	1.445	R\$ 1,00	R\$ 1.445,00	1,00%
<b>Total</b>	<b>144.500</b>	<b>R\$ 1,00</b>	<b>R\$ 144.500,00</b>	<b>100,00%</b>

§ 1º. A responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, sendo que os Sócios não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações sociais, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

§ 2º. A Sociedade poderá adquirir as próprias quotas, desde que integralizadas, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação.

§ 3º. Em razão dos princípios da função social e da preservação da empresa, as quotas da Sociedade não poderão direta ou indiretamente ser ofertadas à penhora, caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, a qualquer título, salvo mediante aprovação em Reunião de Sócios, por meio de deliberação da maioria absoluta do capital social.

§ 4º. Em hipótese alguma os credores dos Sócios e da Sociedade poderão, a qualquer título, ingressar na Sociedade.

§ 5º. Em caso de penhora judicial das quotas da Sociedade, o Sócio executado deverá substituir a penhora no prazo de até 30 (trinta) dias, sendo que se não houver a substituição, por qualquer motivo, os outros Sócios poderão, mediante autorização da maioria absoluta do capital social excluídas as quotas do Sócio executado, pagar o valor do crédito executado, sob a condição de adjudicação judicial das quotas constringidas.

## Capítulo III CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS ENTRE SÓCIOS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

**Cláusula Quinta:** As quotas são indivisíveis perante a Sociedade e poderão ser transferidas, cedidas ou alienadas, por qualquer meio legal, mesmo que indiretamente, total ou parcialmente, (i) a outro(s) Sócio(s), sem o prévio consentimento dos demais Sócios, e (ii) a terceiros, por meio da aprovação prévia de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade.

**Cláusula Sexta:** Os Sócios, na proporção das quotas que possuem no capital social, terão preferência para adquirir quotas de propriedade de outro Sócio ou o direito de preferência para subscrição de novas quotas, respeitado o disposto nesta cláusula.

§ 1º. O Sócio que desejar alienar a totalidade ou parte de sua participação na Sociedade ("Sócio Ofertante"), deverá, primeiramente, comunicar a Sociedade e aos demais Sócios com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, especificando: (i) o número de quotas ofertada; (ii) a qualificação completa do terceiro interessado; e (iii) o preço de venda e condições de pagamento das quotas ofertadas.

§ 2º. Não será permitida a transferência de direitos de subscrição de quotas a terceiros, salvo mediante autorização dos demais Sócios, que pode ser negada injustificadamente.

#### **Capítulo IV ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Cláusula Sétima:** A Sociedade será administrada isoladamente pela Sócia Quotista Rosíris Paula Cerizze Vogas, já qualificada acima, com mandato indeterminado.

§ 1º. A Administradora, que fica dispensada de prestar caução, tem os poderes e atribuições que a lei e este Contrato Social lhe conferem para, na forma especificada neste Contrato, assegurar o funcionamento da Sociedade e a conservação de seus objetivos, competindo-lhe especialmente, administrar os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, com plenos poderes para administrá-la, dentro das prescrições legais, deste Contrato Social e das deliberações dos Sócios.

§ 2º. À Administradora é vedado fazer-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhe facultado, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da Sociedade, especificando no instrumento de mandato, público ou particular, os atos e operações que poderão praticar, nos termos do artigo 1.018 do Código Civil, bem como a validade do documento, que não poderá ser superior a 01 (um) ano, exceto nos casos de procuração "ad judicium" que poderá ser por prazo indeterminado até que os Sócios decidam, por meio de Reunião de Sócios, pela revogação, alteração ou restrição dos poderes outorgados.

§ 3º. Pelos serviços prestados à Sociedade, a Sócia Administradora fará *jus* a remuneração mensal correspondente ao salário mínimo nacional.

#### **Capítulo V DEVERES SOCIAIS, REUNIÕES DE SÓCIOS E DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

**Cláusula Oitava:** O desrespeito, por qualquer Sócio, ao dever de agir de forma coerente com a condição de sócio, atuando honestamente e de boa-fé, sempre em favor do sucesso da empresa, conduz à responsabilidade civil pelos danos causados à Sociedade e/ou a qualquer um dos demais Sócios, sem prejuízo de sua exclusão extrajudicial da Sociedade.

§ 1º. Os Sócios obrigam-se a manter absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, documentos, informações técnicas ou comerciais, que venham a ter conhecimento em razão da sua participação na Sociedade, não podendo, sob qualquer pretexto, revelar, reproduzir ou deles dar conhecimento a terceiros, sob pena de exclusão e sem prejuízo da responsabilidade pelas perdas e danos que vierem a ser apurados.

§ 2º. Todo e qualquer trabalho ou produção realizada pelos Sócios no exercício das atividades em nome ou em favor da Sociedade será de propriedade exclusiva da Sociedade.

**Cláusula Nona:** A Reunião de Sócios, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão máximo deliberativo da Sociedade.

§ 1º. Será ordinária a reunião que delibere sobre as contas do exercício social.





§ 2º. Será extraordinária a reunião que vier a deliberar sobre qualquer tema não afeto à competência da reunião ordinária.

§ 3º. Ao Sócio dissidente de deliberação social cabe um prazo subsequente de 30 (trinta) dias a contar da data da reunião, para manifestação de seu dissenso que implicará no seu direito de retirada, procedendo-se como previsto na Cláusula Décima Sétima.

§ 4º. A Reunião de Sócios tornar-se dispensável quando todos os Sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria em discussão, conforme permitido no § 3º, artigo 1.072, do Código Civil.

§ 5º. As deliberações tomadas de acordo com a lei ou com este Contrato Social vinculam todos os Sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

**Cláusula Décima:** A reunião ordinária que vier a deliberar sobre as contas finais do exercício anual da Sociedade será convocada pela Sócia Administradora, nos 3 (três) meses subsequentes ao encerramento do exercício social ou, no caso de apuração mensal, nos primeiros 5 (cinco) dias posteriores ao encerramento do mês.

**Cláusula Décima Primeira:** A reunião extraordinária será convocada pela Sócia Administradora, a qualquer tempo, para deliberar as matérias que julgar adequadas e necessárias.

**Cláusula Décima Segunda:** As Reuniões de Sócios serão convocadas pela Sócia Administradora, com até 3 (três) dias de antecedência, preferencialmente por meio eletrônico, dispensando-se as formalidades de convocação quando todos os Sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

**Cláusula Décima Terceira:** As Reuniões de Sócios, sejam ordinárias ou extraordinárias, se instalarão com a presença dos Sócios que representem, ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das quotas de capital.

§ 1º. A cada quota de capital ou serviço corresponde 1 (um) voto e as matérias serão aprovadas de acordo com o quórum legal.

§ 2º. Será ineficaz perante a Sociedade, Sócios ou terceiros qualquer deliberação tomada em Reuniões de Sócios, sem observância do disposto nesta Cláusula Décima Primeira.

## **Capítulo VI** **EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E RESULTADOS SOCIAIS**

**Cláusula Décima Quarta:** O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro de cada ano e encerrando-se em 31 de dezembro do ano respectivo, quando será levantado o balanço geral da Sociedade.

**Cláusula Décima Quinta:** A critério dos Sócios, o resultado poderá ser apurado anual ou mensalmente, quando será atribuído ou suportado pelos Sócios, ficando, no entanto, obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, quando tais lucros ou quantias forem distribuídos com prejuízo do capital.

§ 1º. A Sociedade poderá realizar a distribuição de lucros aos Sócios de forma desproporcional à participação de cada Sócio no capital social.

§ 2º. Após o encerramento de cada exercício social, os Sócios deliberarão sobre o percentual de lucro a ser reservado para investimentos na Sociedade, bem como a periodicidade da referida reserva.

## **Capítulo VII** **EXCLUSÃO DE SÓCIO, FALECIMENTO, RETIRADA DE SÓCIO, APURAÇÃO DE HAVERES E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Cláusula Décima Sexta:** Poderá haver exclusão imediata de Sócios, mediante iniciativa da maioria dos



demaís Sócios, por ato de inegável gravidade ou justa causa, observado o disposto nos artigos 1.030 e 1.085 do Código Civil, os Sócios que praticarem, habitualmente ou não (falta grave):

- (a) calúnia;
- (b) concorrência desleal;
- (c) abuso de poder em relação ao cumprimento deste instrumento e da lei que o rege;
- (d) incapacidade superveniente;
- (e) interdição ou falência / insolvência de Sócio; e
- (f) prática de ato de improbidade ou contrário à boa-fé.

§ 1º. Ocorrendo uma das situações previstas acima, a exclusão de determinado Sócio deverá ser deliberada, à unanimidade, pelos demais Sócios, mediante alteração contratual.

§ 2º. Em caso de exclusão, os haveres do Sócio excluído serão apurados e pagos conforme estabelecido na Cláusula Décima Oitava deste instrumento, podendo ser retidos e compensados, a critério exclusivo da Sociedade, contra obrigações e débitos pendentes, incluindo perdas e danos materiais e morais que a Sociedade haja sofrido em razão da conduta do Sócio excluído.

§ 3º. A alteração do contrato social que vier a registrar a resolução da Sociedade em relação ao Sócio excluído, não será por ele assinada.

**Cláusula Décima Sétima:** Qualquer Sócio poderá se retirar da Sociedade a qualquer tempo, mediante notificação prévia e por escrito a ser entregue aos demais Sócios com aviso de recebimento e antecedência de, no mínimo, 90 (noventa) dias, por vontade própria, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, pela falta de afeição social, com base no artigo 1.029 do Código Civil, além de outras razões de foro íntimo.

**Cláusula Décima Oitava:** Na hipótese de retirada, exclusão ou falecimento de Sócio será levantado balanço de determinação em prazo subsequente de 90 (noventa) dias para apurar o valor líquido do patrimônio social, que considerará os valores contábeis do ativo e passivo até a data do evento e o valor correspondente às suas quotas será pago ao próprio Sócio ou aos seus herdeiros, conforme a hipótese, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e consecutivas, com juros de 1% (um por cento) ao ano, vencendo-se a primeira a 30 (trinta) dias da assinatura da alteração contratual que registrar a exclusão, retirada ou falecimento e as demais em igual data dos meses seguintes.

**Parágrafo Único:** O efetivo recebimento dos haveres pelo Sócio que se retira, ou ainda pelos seus herdeiros necessários ou por quem mais de direito, importará na mais ampla, geral, irrestrita e irrevogável quitação à Sociedade, para que nada mais possa reclamar o(s) beneficiário(s) em juízo ou fora dele, e em tempo algum, acerca de eventual inadequação dos haveres percebidos com a realidade do patrimônio social.

**Cláusula Décima Nona:** A Sociedade não se dissolverá pelo falecimento, exclusão ou retirada de quaisquer dos Sócios, devendo-se observar, nestes casos, as regras de apuração de haveres estabelecidas na Cláusula Vigésima.

**Cláusula Vigésima:** Sendo o Sócio excluído, retirante ou falecido, será levantado balanço especial em prazo subsequente de 90 (noventa) dias para apurar o valor líquido do patrimônio social, que considerará os valores contábeis do ativo e passivo até a data do evento e o valor correspondente às suas quotas será pago ao próprio Sócio ou aos seus herdeiros, conforme a hipótese, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas, com juros de 6% (seis por cento) ao ano, vencendo-se a primeira a 30 (trinta) dias da assinatura da alteração contratual que registrar a exclusão, retirada ou falecimento e as demais em igual data dos meses seguintes.

## **Capítulo VIII** **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Cláusula Vigésima Primeira:** Fica estipulada cláusula de não-concorrência entre os Sócios retirantes ou excluídos, com relação aos Sócios remanescentes, não podendo os primeiros manter nenhum tipo





de relacionamento comercial envolvendo a prestação dos serviços descritos no objeto social deste contrato para os clientes das carteiras de clientes dos Sócios remanescentes.

§ 1º. O descumprimento da Cláusula supra ensejará o pagamento de indenização não compensatória, pela parte infratora, equivalente a 100 (cem) vezes o valor global do contrato firmado pelo Sócio infrator com o cliente do Sócio inocente ou prejudicado.

§ 2º. A obrigação prevista nesta Cláusula vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de retirada ou exclusão do Sócio.

**Cláusula Vigésima Segunda:** O Contrato Social será alterado, total ou parcialmente, por resolução dos Sócios representantes de, no mínimo,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, exceto se a lei requerer a unanimidade na decisão.

#### **Capítulo IX DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

**Cláusula Vigésima Terceira:** Os signatários do presente instrumento declaram, expressamente, que não se acham incursos nas proibições de arquivamento e exercício de atividades mercantis, bem como a administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do §1º do artigo 1.011, do Código Civil.

#### **Capítulo X FORO**

**Cláusula Vigésima Quarta:** Fica eleito o foro da cidade de Uberlândia/MG, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato Social, com exclusão de qualquer outro.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de forma digital.

Uberlândia/MG, 22 de maio de 2020.

#### **Sócios Quotistas:**

**ALESSANDRA SILVA RAMOS BRAGA**  
(assinado digitalmente)

**LÍVIA IGNES RIBEIRO DE LIMA**  
(assinado digitalmente)

**ELI GERALDO BRAGA**  
(assinado digitalmente)

**ROSÍRIS PAULA CERIZZE VOGAS**  
(assinado digitalmente)

**WILSON MARTINELLI REIS**  
(assinado digitalmente)



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/303.098-2	MGP2000386116	26/05/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
007.082.186-01	ALESSANDRA SILVA RAMOS BRAGA
678.610.756-72	ELI GERALDO BRAGA
097.670.446-39	LIVIA IGNES RIBEIRO DE LIMA
044.804.266-55	ROSIRIS PAULA CERIZZE VOGAS
030.742.436-78	WILSON MARTINELLI REIS







Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, de NIRE 3121109199-1 e protocolado sob o número 20/303.098-2 em 26/05/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7851198, em 27/05/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Edineia Maria de Souza.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
044.804.266-55	ROSIRIS PAULA CERIZZE VOGAS

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
678.610.756-72	ELI GERALDO BRAGA
030.742.436-78	WILSON MARTINELLI REIS
044.804.266-55	ROSIRIS PAULA CERIZZE VOGAS
097.670.446-39	LIVIA IGNEZ RIBEIRO DE LIMA
007.082.186-01	ALESSANDRA SILVA RAMOS BRAGA

Belo Horizonte, quarta-feira, 27 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por Edineia Maria de Souza, Servidor(a) Público(a), em 27/05/2020, às 08:24 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/303.098-2.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7851198 em 27/05/2020 da Empresa CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, Nire 31211091991 e protocolo 203030982 - 26/05/2020. Autenticação: 69C6453325C7C716FE47CDC38669C1583D3F54B0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/303.098-2 e o código de segurança 20LN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/05/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/12





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quarta-feira, 27 de maio de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7851198 em 27/05/2020 da Empresa CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, Nire 31211091991 e protocolo 203030982 - 26/05/2020. Autenticação: 69C6453325C7C716FE47CDC38669C1583D3F54B0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/303.098-2 e o código de segurança 2OLN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/05/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



Ao

Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete

Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro,

Conselheiro Lafaiete/MG

CEP 36.400-026



SEDECLAF

# CERTA

CONSULTORIA E ASSESSORIA TRIBUTÁRIA



## QB101370827BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



**Objeto entregue ao destinatário**  
07/04/2021 11:27 Conselheiro Lafaiete / MG

07/04/2021  
11:27  
Conselheiro  
Lafaiete / MG

**Objeto entregue ao destinatário**

07/04/2021  
10:33  
Conselheiro  
Lafaiete / MG

**Objeto saiu para entrega ao destinatário**

06/04/2021  
21:30  
CONTAGEM / MG

**Objeto em trânsito - por favor aguarde**  
de Unidade de Tratamento em CONTAGEM / MG para Unidade de Distribuição em  
UBERLANDIA / MG

05/04/2021  
18:02  
UBERLANDIA /  
MG

**Objeto em trânsito - por favor aguarde**  
de Agência dos Correios em UBERLANDIA / MG para Unidade de Tratamento em  
BELO HORIZONTE / MG

05/04/2021  
17:46  
UBERLANDIA / MG

**Objeto postado**